

Capítulo III

Memória coletiva e o tempo

Muitas vezes o tempo faz pesar sobre nós um impiedoso constrangimento, seja porque achamos longo demais um tempo curto, porque nos impacientamos, porque nos aborrecemos, porque temos pressa para terminar uma tarefa ingrata, por termos passado por alguma prova física ou moral — ou, ao contrário, um período relativamente longo nos parece curto demais, quando nos sentimos pressionados e apressados, tratando-se de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Ora desejaríamos que o tempo corresse mais depressa, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Por outro lado, se devemos nos resignar, com certeza é porque, em primeiro lugar, a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, não é senão a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza. Mas é também, talvez principalmente, porque as divisões do tempo, a duração das partidas assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque expressam a ordem, inevitável também, segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social. Durkheim não deixou de observar que, a rigor, um indivíduo isolado poderia ignorar que o tempo passa e seria incapaz de medir sua duração, mas a vida em sociedade implica em que todos os homens entram em acordo sobre tempos e durações, e conhecem muito bem as convenções de que são objeto. Por isso existe uma representação coletiva do tempo — talvez ajustada aos grandes feitos da astronomia e da física terrestre, mas nesses contextos gerais a sociedade a estes superpõe outros, de acordo principalmente com as condições e hábitos de grupos

concretos. Pode-se até dizer que as datas e as divisões astronômicas do tempo de tal maneira são recobertas pelas divisões sociais que desaparecem progressivamente e a natureza cada vez mais deixa à sociedade o cuidado de organizar a duração.

Além do mais, quaisquer que sejam as divisões do tempo, os homens se acomodam bastante bem a elas, pois em geral são tradicionais e, como cada ano, cada dia se apresenta com a mesma estrutura temporal dos precedentes, como se todos fossem frutos da mesma árvore. Não podemos nos lastimar por sermos desorganizados em nossos hábitos. Nossa dificuldade é de outra natureza. Em primeiro lugar, a uniformidade pesa sobre nós. O tempo é dividido da mesma maneira para todos os membros da sociedade. Ora, pode nos parecer desagradável que todos os domingos a cidade tome um ar de ociosidade, as ruas se esvaziem ou se encham com um público que não é o costumeiro, o espetáculo do exterior nos leve a não fazer nada ou a nos distrair, ainda que tenhamos vontade de trabalhar. Será para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas, círculos, bairros, façam da noite dia ou os que podem, procurem o calor das regiões quentes em pleno inverno? A necessidade de se diferenciar dos outros quanto à maneira de dividir e regular seu tempo se manifestaria mais se, no que diz respeito a nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos dobrar à disciplina social. Mesmo querendo, não posso ir ao meu escritório no momento em que não há trabalho, quando os empregados não estão mais lá. A divisão do trabalho social arrasta o conjunto dos homens num mesmo encadeamento mecânico das atividades: quanto mais avança, mais ela nos obriga a ser exatos. Tenho de chegar na hora se quero assistir a um concerto, a uma peça de teatro, não posso me fazer esperar no jantar a que fui convidado, não posso perder o trem... Sou obrigado a regular as minhas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, segundo o ritmo adotado por outros e que não leva em conta as minhas preferências, tenho de ser avarento com o meu tempo e não perdê-lo nunca, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. O que há de mais complicado nisso talvez seja o fato de me sentir eternamente forçado a considerar a vida e os aconteci-

mentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Não é somente que eu reflita ansiosamente na idade que tenho, expressa em número de anos, e também no número de anos que me restam, como se a vida fosse uma página em branco dividida em partes iguais por tantas linhas... ou antes, como se os anos que tenho à frente diminuíssem e se contraíssem, porque cada um representa uma proporção cada vez menor do tempo decorrido que aumenta. Contudo, à força de medir o tempo, de modo a preenchê-lo bem, já não se sabe mais o que fazer com essas partes da duração que não se deixam mais dividir da mesma maneira, porque estamos entregues a nós mesmos e de algum modo saímos fora da corrente da vida social exterior. Poderiam ser outros tantos oásis onde esquecemos o tempo mas, em compensação, onde também nos encontramos. Ao contrário, somos sensíveis ao que são intervalos vazios, e o problema então é saber como passar o tempo. Tanto é verdade, que ao nos obrigar a estarmos sempre medindo a vida à sua maneira, a sociedade nos torna cada vez mais inaptos para dispor da nossa. Para alguns, talvez seja verdade que o tempo perdido é o que menos lamentamos (ou, em outro sentido, o que mais lamentamos). Contudo, estas são exceções.

Se existe um tempo social cujas divisões assim se impõem às consciências individuais, de onde ele se origina? Alguém já disse que havia bons motivos para distinguir o tempo ou a duração em si e suas divisões. Mais precisamente, todo ser dotado de consciência teria a sensação da duração, pois nele se sucedem estados diferentes. A duração nada mais seria do que a seqüência desses estados, a corrente que parece passar através deles, sob eles, despertando um após o outro. Neste sentido, cada pessoa teria sua própria duração; este seria realmente um dos dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente e cuja noção não precisa penetrar em nós de fora. Seria até possível — já que esses estados são distintos — perceber nesta seqüência de divisões naturais, que correspondem à passagem de um estado a outro, de uma série contínua de estados muito parecidos a uma outra seqüência de estados igualmente semelhantes. Mais ainda, como percebemos os objetos exteriores, como existem na natureza muitos retornos regulares — a sucessão dos

dias (e das noites), a sucessão dos passos que marcam a nossa caminhada etc., um indivíduo isolado seria capaz de chegar à idéia de um tempo mensurável, por suas próprias forças e a partir dos dados de sua própria experiência.

Em torno de determinados objetos, nosso pensamento também encontra o dos outros — em todo caso, é no espaço que para mim represento a existência sensível daqueles com quem entro em contato em certos momentos, pela voz ou pelos gestos. Assim ocorreriam cortes, ao mesmo tempo na minha duração e na deles, mas cortes que tendem a se estender às durações e às consciências das outras pessoas, de todos os que estão no universo. Agora, entre esses momentos sucessivos e comuns cuja lembrança supomos poder guardar, será possível imaginarmos que se desenrola uma espécie de tempo vazio, envoltório comum das durações vividas, como dizem os psicólogos, pelas consciências pessoais. Os homens concordam em medir o tempo através de certos movimentos que ocorrem na natureza, como os dos astros, ou criados e regulados por nós, como em nossos relógios, porque na seqüência de nossos estados de consciência não conseguiríamos encontrar pontos de referência definidos suficientes, que pudessem valer para todas as consciências. É próprio que as durações individuais tenham um conteúdo diferente, embora a sucessão temporal de seus estados seja mais ou menos rápida, de uma para outra e também, em cada uma, em períodos diferentes. Há horas mortas, dias vazios, enquanto em outros momentos, seja porque os eventos se precipitam seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque estivéssemos em estado de exaltação e efervescência afetiva, temos a impressão de viver anos em algumas horas ou alguns dias. É o que acontece quando se compara muitas consciências a um mesmo momento. Quantos desses momentos, apenas excepcionalmente estimulados por algum acontecimento exterior, de ritmo normal lento e monótono, impaciente e tenso, encontraremos para um pensamento alerta porque seu interesse só se prende — e sem muita força — a um número pequeno de objetos? Talvez seja um desinteresse crescente, um enfraquecimento progressivo das faculdades afetivas que explica por que, à medida que envelhecemos, o ritmo da vida interior se torna mais lento e,

enquanto o dia de uma criança está cheio de impressões e observações multiplicadas (abrangendo um grande número de momentos), no declínio dos anos o conteúdo de um dia, se levarmos em conta apenas o conteúdo real do que despertou a nossa atenção e nos deu o sentimento de nossa vida interior, se reduz a muito menos estados distintos um do outro e, neste sentido, em um pequeno número de momentos singularmente dilatados. O velho, que guardou a lembrança de sua vida de criança, acha que os dias no presente são ao mesmo tempo mais lentos e mais curtos, o que significa que enquanto acredita que o tempo escoia mais lentamente, porque os momentos, como ele conta a sua volta, como o ponteiro do relógio os mede, se sucedem com tal rapidez que o ultrapassam — não há tempo para preencher um dia com tudo o que facilmente uma criança consegue nele encaixar; como sua duração interior é lenta, o espaço de um dia lhe parece pequeno demais. Por esta razão, um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo senão reportando-se a suas impressões da duração e às divisões que sua vida interior comporta, não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão nem sobre a extensão dos intervalos selecionados como unidade comum, que pareceria pequena demais para as crianças e muito grande para as pessoas idosas. Para estabelecer as divisões do tempo, é melhor nos guiarmos pelas mudanças e movimentos que ocorrem nos corpos materiais e se reproduzem de modo bastante regular, permitindo nos reportarmos sempre a eles. Não estaríamos sozinhos nesta escolha, teríamos de nos entender com outras pessoas. Na realidade, o que escolhemos como pontos de referência nesse retorno periódico de certos fenômenos materiais, é a oportunidade oferecida a nós e aos outros — já que os percebemos ao mesmo tempo — de constatar com muita precisão que há, entre algumas das nossas percepções, ou seja, entre alguns de nossos pensamentos, para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, principalmente, que essa relação se reproduz a intervalos regulares, que admitimos considerar iguais. A partir desse momento, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora — mas tiveram sua origem nos pensamentos individuais. Estes somente tomaram consciência de que em deter-

minados momentos entram em contato, de que às vezes adotam uma atitude idêntica diante de um mesmo objeto exterior, e de que esta atitude se reproduz com a mesma regularidade periódica. Por uma operação desse tipo e pelas convenções decorrentes, eles só puderam fixar pontos de referência descontínuos, em parte exteriores à cada consciência, pois são comuns a todos — mas não conseguiram criar uma duração nova, impessoal, que preencheria o intervalo entre os momentos selecionados como pontos de referência, ou seja, um tempo coletivo ou social que abrangeria e ligaria todas as durações individuais uma a outra, em todas as suas partes, em sua própria unidade. Na realidade, no intervalo que se estende entre os dois cortes que correspondem aos pontos de referência, só existem pensamentos individuais separados em outras tantas correntes de pensamento distintas, cada uma com sua própria duração. Pode-se, por assim dizer, imaginar um tempo vazio no qual transcorreriam todas as durações individuais, que estaria dividido pelos mesmos cortes; certamente uma noção assim se impõe a todos os pensamentos: mas esta é apenas uma representação abstrata, à qual não corresponderia mais nenhuma realidade se as durações individuais deixassem de existir.

Posicionemo-nos nesse ponto de vista bergsoniano. A noção de um tempo universal, que envolve todas as existências, todas as sucessivas séries de fenômenos, se resumiria em uma seqüência descontínua de momentos. Cada um deles corresponderia a uma relação estabelecida entre muitos pensamentos individuais, que dela tomariam consciência simultaneamente. Normalmente isolados um do outro, sempre que seus caminhos se cruzam, esses pensamentos saem de si e num instante se fundem em uma representação mais ampla, que ao mesmo tempo envolve todas as consciências e a relação que têm entre si — nisto consiste a simultaneidade. O conjunto desses momentos constituiria um painel que nos seria lícito recompor, regularizar e simplificar. O tempo que separa esses momentos é vazio e todas as suas partes se prestam igualmente às mais variadas divisões: é como um quadro, sobre o qual se pode traçar um número indefinido de linhas paralelas. Portanto, nada nos impede de imaginar simultaneidades entremeadas, em um ponto qualquer da linha temporal e abstrata que une dois momentos (e que pode-

mos representar pela imagem de um movimento ou de uma mudança uniforme realizada entre um e outro) na metade, em um terço, um quarto desse intervalo. Assim se estabelecerão as divisões do tempo em anos, meses, dias, horas, minutos, segundos — afinal de contas, podemos muito bem imaginar que certo número de pensamentos individuais entrará em contato em todos os momentos precisos que separam as horas umas das outras e até mesmo os minutos: as divisões do tempo simbolizam unicamente todas essas possibilidades. Nada provaria mais claramente que o tempo, concebido como algo que se estende ao conjunto dos seres, não passa de uma criação artificial, obtida por soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimo às durações individuais e somente a estas.

Afinal, se essas divisões do tempo já não estão contidas e indicadas previamente nas consciências, bastará comparar duas ou um número maior destas para fazê-las aparecer? Temos de insistir nessa proposição ou postulado, porque aqui se descobre muito nitidamente sobre que concepção de duração nos baseamos em especial, quando sustentamos que a memória é uma faculdade individual.

Para sentir o que é o pensamento interior e pessoal, de início somos levados a deixar de lado e esquecer tudo o que lembra o espaço e os objetos exteriores. Esses estados sucessivos certamente constituem uma diversidade, são distintos entre si, mas de maneira completamente diferente das coisas materiais. São apanhados numa corrente contínua que passa, sem uma linha de separação marcada entre um e outro. A condição da memória, ou melhor, da forma da memória é tal, que só é verdadeiramente atuante e psíquica e não se confunde com o mecanismo do hábito. A memória (entendida neste sentido) não tem poder sobre os estados passados e não os devolve a nós em sua realidade de outrora, porque não os confunde entre si nem com outros mais antigos ou mais recentes, ou seja: ela se baseia nas diferenças. Estados distintos e claramente separados sem dúvida por isso mesmo são diferentes. No entanto, desligados da seqüência dos outros, retirados da corrente em que eram arrastados (e seria esta a sua sorte se considerássemos cada um deles uma realidade distinta, de contornos bem marcados no tempo), como per-

maneceriam inteiramente diferentes de qualquer outro estado igualmente tomado à parte e delimitado? Qualquer separação desse gênero significa que se começa a projetar esses estados no espaço. Entretanto, objetos no espaço, por diferentes que sejam, comportam muitas semelhanças. Os lugares que ocupam são distintos, mas encerrados em um meio homogêneo. As diferenças que sobressaem entre eles são determinadas em relação a tantos gêneros comuns dos quais uns e outros participam. Ao contrário, a corrente na qual os pensamentos são arrastados para dentro de cada consciência não é um meio homogêneo, pois aqui a forma não se distingue da matéria e o continente se mistura ao conteúdo. Nos diversos estados de consciência (aliás, empregando uma expressão inadequada, pois na realidade não há nenhum estado, e sim movimentos ou um pensamento em permanente devir), as qualidades só se distinguem por abstração, pois o essencial aqui é a unidade de cada um deles, que são outros tantos pontos de vista sobre toda a consciência: não há entre eles gêneros em comum, cada um é singular em seu gênero. Qualquer tentativa de comparação entre um e outro romperia a continuidade da série. Em todo caso, é justamente essa continuidade que explica que uns lembram os outros, os que os precederam ou seguiram, assim como não se pode apanhar um elo sem arrastar toda a corrente. Por serem todos diferentes, os estados individuais formam uma série contínua, em que qualquer semelhança, qualquer repetição introduziria um elemento de descontinuidade. É também porque são diferentes que as lembranças evocam umas às outras — não sendo assim, a série deixaria de se completar e se romperia a cada instante.

Se é assim, não se compreende como duas consciências individuais jamais poderiam entrar em contato, como duas séries de estados tão contínuas quanto essa conseguiriam realmente se cruzar, o que é necessário para que eu tenha a sensação de que há simultaneidade entre duas modificações, uma das quais acontece em mim, a outra em uma consciência diferente da minha. Quando percebo objetos exteriores, eu talvez imagine que toda a sua realidade se esgota na percepção que deles tenho. Na duração não estão os objetos, mas meu pensamento que os representa para mim, e assim não saio de mim. É diferente quando uma forma humana, uma voz,

um gesto, me revelam a presença de outro pensamento, que não o meu. Terei então no espírito a representação de um objeto a partir de dois pontos de vista — do meu e de alguém que não eu que tem uma consciência, como eu — e que dura. Como seria possível, se estou encerrado em minha consciência, se não posso sair de minha duração? Ora, não posso dela sair se, como afirmam, meus estados sucedem um ao outro com um movimento ininterrupto, se estão ligados um ao outro tão estreitamente que entre eles não há nenhuma linha de demarcação, nenhum impedimento na corrente que passa, se nenhum objeto de contornos definidos se destaca na superfície de minha vida consciente como imagem em relevo.

Pode-se dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida. É uma pessoa que cruza meu caminho e me obriga a notar sua presença. Contudo, no final das contas, os objetos materiais também se impõem de fora à minha percepção. Não obstante, se pressupomos que estou encerrado em mim mesmo e nada conheço do mundo exterior, uma percepção sensível não deterá absolutamente a corrente de meus estados mais do que uma impressão afetiva ou um pensamento qualquer — nela há de se incorporar, sem me fazer sair de mim mesmo. Seria assim, na mesma hipótese de uma consciência reduzida à contemplação de seus estados, que eu percebesse uma forma humana, que percebesse uma voz, um gesto. O curso do pensamento individual não será por isso em nada modificado — não terei a idéia de nenhuma outra duração que não a minha. Para que seja de outra maneira, o objeto deverá agir sobre mim como um sinal. Isto implica em que a qualquer momento sou capaz de me colocar diante de um objeto ao mesmo tempo em meu ponto de vista e no de outro, e, representando para mim, pelo menos como possíveis, muitas consciências, e a possibilidade de entrarem elas em relação, eu represente para mim também uma duração que lhes é comum.

Imaginamos uma consciência encerrada em si mesma, cujas percepções seriam apenas estados subjetivos que em nada lhe revelariam a existência dos objetos. Como um pensamento desse tipo se alçaria algum dia ao conhecimento do mundo exterior? Nessas con-

dições, ele não pode chegar a esse mundo nem de dentro, nem de fora. No entanto, deve-se admitir que em qualquer percepção sensível há uma tendência a se exteriorizar, ou seja, a fazer o pensamento sair do círculo estreito da consciência individual por onde passa e a ver o objeto estando ao mesmo tempo representado ou podendo ser representado a qualquer momento em uma ou muitas consciências. Isto pressupõe que já estivéssemos representando uma "sociedade de consciências". Além do mais, se sonhamos com estados, como os afetivos que, à diferença das percepções sensíveis, não nos parecem estar relacionados a uma realidade exterior, o que os caracteriza e lhes empresta um aspecto puramente interno, não será o fato de estar ausente essa representação de consciências, ou melhor, não estará ela provisoriamente disfarçada, de modo que nenhuma ação exercida sobre nós de fora lhe dará oportunidade de se manifestar, mas existe, em estado latente, atrás das impressões aparentemente mais pessoais? Seria este o caso quando ressentimos há algum tempo uma dor física e nos perdemos em nossas sensações, embora a dor atual pareça prolongar a dor precedente e emprestar-lhe toda a sua substância. Se agora descobrimos que essa dor é produzida por uma ação material, exterior ou orgânica, que apenas pensamos, que imaginamos ainda como outros seres experimentam ou poderiam experimentar a mesma dor, então a nossa impressão se transforma, pelo menos parcialmente, no que chamaremos de representação objetiva da dor. Mas como a representação pode vir da impressão se já não estivesse nela contida e, já que essa representação é assim apenas porque pode ser comum a muitas consciências, se é coletiva na exata medida que é objetiva, não deveríamos pensar que, senão a dor em si, pelo menos a idéia que de dor eu tinha antes (que é tudo o que a lembrança reterá) não passava de uma representação coletiva incompleta e truncada?

Assim talvez o velho paradoxo metafísico de Leibniz pudessem ser interpretado em um novo sentido: as dores físicas e as sensações em geral são apenas idéias confusas ou inacabadas. Não é somente porque fazemos uma representação distinta da natureza e do mecanismo dessas idéias, das partes e sua relação, que a dor em certos casos perde pouco a pouco sua acuidade — antes, imaginan-

do que venha talvez a ser experimentada e compreendida por muitas pessoas (o que não aconteceria se ela permanecesse uma impressão puramente pessoal e, portanto, singular), parece que transferimos parte de seu peso para os outros, que nos ajudam a suportá-la. O trágico, que faz com que, levada até certo ponto, a dor crie em nós um sentimento desesperado de angústia e impotência, é que em um mal cuja causa está nessas regiões de nós que os outros não podem atingir, ninguém pode interferir, pois nos confundimos com a dor e a dor não pode eliminar a si mesma. Por isso, instintivamente procuramos e encontramos uma explicação inteligível deste sofrimento, com a qual os membros de um grupo concordem, da mesma forma com que o feiticeiro alivia o doente fazendo parecer que extrai de seu corpo uma pedra, uma velha ossada, um preguinho ou um líquido. Ou então despojamos o sofrimento de seu mistério descobrindo seus outros rostos, os que ele volta para outras consciências, quando imaginamos que pode ser experimentado por nossos semelhantes — nós o rejeitamos a um terreno comum a muitos seres e lhe restituímos uma fisionomia coletiva e familiar.

Uma análise mais vigorosa da idéia de simultaneidade nos leva a descartar a hipótese de durações puramente individuais, uma impenetrável à outra. A seqüência de nossos estados não é uma linha sem espessura, cujas partes nada têm a ver com as que as precedem e as que vêm depois. A cada momento ou a cada período do desenrolar, no nosso pensamento se cruzam muitas correntes que passam de uma consciência a outra, das quais ele é o ponto de encontro. A aparente continuidade do que chamamos vida interior em parte é porque ela segue por algum tempo o curso de uma de suas correntes, o curso de um pensamento que de tempos a tempos surge em nós e nos outros, a tendência de um pensamento coletivo. Ela também se explica pela ligação que entre nossos estados estão sempre estabelecendo aqueles dentre eles que resultam principalmente da continuidade orgânica. Aliás, entre estes e aqueles existe apenas uma diferença de grau, pois as impressões afetivas tendem a desabrochar em imagens e representações coletivas. Em todo caso, se com as durações individuais podemos reconstituir uma duração mais ampla e impessoal em que estão contidas, é porque elas mesmas se

destacam sobre o fundo de um tempo coletivo a que tomam emprestada sua substância.

Estamos falando de um tempo coletivo, em oposição à duração individual. Agora se impõe a questão de saber se é um tempo único; de modo algum o julgamos antecipadamente. Segundo a teoria que discutimos, por um lado haveria tantas durações quantos indivíduos e, por outro lado, um tempo abstrato que a todos compreenderia. Esse tempo é vazio, talvez não seja senão uma idéia. As divisões que traçamos nos pontos em que muitas durações individuais se cruzam não se confundem com os estados, que observamos serem simultâneos. Não poderia haver nessas divisões nada senão o tempo que elas dividem, concebido como um meio homogêneo, como uma forma privada de matéria. Que gênero de realidade podemos atribuir a essa forma e, principalmente, como ela pode servir de contexto para os acontecimentos que nela situamos?

Um tempo assim definido se presta a todas as divisões. Será por essa razão que podemos ali indicar o local de todos os fatos? Antes de responder a essa questão, devemos observar que o tempo aqui só nos importa na medida que nos permita reter e lembrar os acontecimentos que ali se ocorreram. Esse é o serviço que dele esperamos, o que é verdade para os fatos passados. Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo quando não lembramos a data exata, há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma: foi antes da guerra, quando eu era pequeno, jovem, homem feito, em plena maturidade, eu estava com tal amigo que era mais ou menos idoso, foi em tal estação do ano, quando eu preparava um trabalho, na época de tal acontecimento... Graças a uma série de reflexões desse tipo, muitas vezes uma lembrança toma corpo e se completa. Se ainda subsiste alguma incerteza no período em que o fato ocorreu, pelo menos não se trata de momentos outros em que se situam outras lembranças — é mais um modo de localizá-lo. Além do mais, o exemplo de uma viagem não é o mais favorável, porque pode constituir um fato isolado e sem grande relação com o resto de minha vida. Assim, como veremos, é menos o tempo do que o panorama espacial que intervém. Entretanto, trata-se de

um acontecimento de minha vida familiar, de minha vida profissional ou que ocorreu em um dos grupos a que meu pensamento se dirige com maior frequência, talvez o contexto temporal que me ajudará a lembrar melhor disso. O mesmo acontece com um certo número de fatos futuros que são preparados no presente — isso me recorda um encontro, em geral é na época em que o fixei, me recorda que verei um parente, um amigo, que terei tal tarefa a realizar, tal negócio a fazer ou que me prometo tal distração, é a data em que todos esses fatos devem se realizar. Também acontece que não reconstituímos o contexto temporal senão depois que a lembrança reapareceu e sejamos forçados a examinar em detalhe todas as suas partes para tornar a encontrar a data do acontecimento. Mesmo então, como a lembrança conserva os traços do período a que se refere, ele talvez só tenha sido lembrado porque entrevimos esses vestígios e pensamos no momento em que o fato ocorreu. A localização, inicialmente aproximativa e muito imprecisa, logo se tornou precisa, quando a lembrança estava presente. Não deixa de ser verdade que, em grande número de casos, encontramos a imagem de um fato passado ao percorrermos o contexto do tempo — mas, para isso, é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças.

Primeiro levaremos em conta o tempo concebido sob a mais abstrata das formas — o tempo inteiramente homogêneo da mecânica e da física, de uma mecânica e uma física trespassadas pela geometria, que podemos chamar de tempo matemático. Este se opõe perfeitamente ao “tempo vivido” de Bergson e, segundo este filósofo, é totalmente “vazio de consciência”. O interesse de uma noção desse gênero decorreria do fato de que ela estaria representando o limite de que os homens tentam se aproximar à medida que em vez de permanecerem encerrados em seus próprios pensamentos, eles se põem no ponto de vista de grupos e conjuntos mais extensos. É preciso que o tempo se esvazie pouco a pouco da matéria que permitiria distinguir suas partes umas das outras, para que possa convir a um número crescente de seres totalmente diferentes. O que orientaria os pensamentos neste esforço visando ampliar e universalizar o tempo, seria a representação latente de um ambiente

inteiramente uniforme, muito vizinha à representação do espaço, até se confundindo com ela. Todo homem, dizem, é naturalmente um geômetra, pois vive no espaço. Portanto, não é nada surpreendente que os homens, quando pensam no tempo fazendo abstração dos eventos particulares exatamente da maneira que atingem as consciências individuais que nele se desenrolam, imaginem um ambiente homogêneo semelhante ao espaço geométrico.

Será que a nossa memória compreenderia um tempo assim concebido? Em uma superfície tão perfeitamente lisa em que as lembranças pudessem se agarrar? Talvez seja o caso de dizer, com Leibniz ainda, que não encontraríamos esse tempo em si, nem suas partes, nenhuma razão para que um acontecimento ocorresse mais aqui do que ali, pois essas partes todas são indiscerníveis. De fato, o tempo matemático só intervém quando se trata de objetos ou fenômenos que não propomos a fixar e reter o lugar no tempo real, de fatos que não têm nenhuma data e não mudam de natureza, quando ocorrem em diferentes momentos. Quando representamos por t_0, t_1, t_2, t_n os acréscimos sucessivos do tempo a partir do zero, talvez fixemos assim a duração e as diversas fases de um movimento, mas de um desses movimentos que poderíamos reproduzir em qualquer outro momento sem que obedeça a nenhuma outra lei. Em outras palavras, o momento inicial, t_0 , está inteiramente livre de qualquer associação com um momento qualquer do tempo real. As leis dos movimentos físicos, efetivamente e neste sentido, não dependem do tempo. Por isso o matemático concorda em recolocar esses movimentos em uma duração inteiramente vazia e representa assim unicamente esse paradoxo de um movimento que está bem dentro do tempo, pois dura, e não se situa em nenhum momento definido. No entanto, tirando-se a sociedade dos matemáticos ou dos eruditos preocupados em estudar os movimentos dos corpos inertes, todos os grupos humanos se interessam por acontecimentos que mudam de natureza e de alcance, conforme o momento em que ocorrem. Um tempo indefinido, indiferente a tudo o que nele situemos, em nada poderia ajudar a memória deles.

Talvez pareça que estamos recorrendo a uma representação desse tipo quando dividimos o tempo em intervalos iguais. Os dias,

as horas, os minutos, os segundos absolutamente não se confundem com as divisões de um tempo homogêneo: eles têm realmente um significado coletivo definido. São outros tantos pontos de referência de uma duração em que todas as partes diferem, no pensamento comum, e não podem ser substituídas umas pelas outras. O que o demonstra, é que sempre que ficamos sabendo que um trem partirá às quinze horas, somos obrigados a traduzir essa idéia, e nos lembrar que na verdade ele parte às três horas da tarde. Da mesma forma, o dia 30 ou o 31 do mês se distingue para nós do primeiro dia do mês, senão mais, pelo menos de outro modo, do que o dia primeiro do dia 2 ou o 15 do 16. Mesmo quando a nossa atenção só se fixa nos números, sabemos muito bem que estas divisões não são arbitrárias e que não podemos modificá-las a nosso bel prazer, como na mecânica deslocamos a origem ou como passamos para outro sistema de eixos. É completamente diferente passar da hora do verão para a hora do inverno, e concordar que doravante diremos uma hora, em vez de meio-dia: o grupo não aceita perder sua hora ou seu tempo, e se este sofre um deslocamento, a vida social não quer sair de seu contexto e o acompanha em seu deslocamento. Isso é uma verdade, pois o tempo social não é indiferente às divisões que nele introduzimos. Assim, o tempo social não se confunde mais do que a duração individual com o tempo matemático. Há uma oposição fundamental entre o tempo real, individual ou social, e o tempo abstrato — e nem se pode dizer que à medida que se torna mais social, o tempo real se aproxima deste...

Mais concreto e mais definido nos parecerá agora o que poderíamos chamar de tempo universal, que se estende a todos os acontecimentos que ocorreram em qualquer lugar do mundo, em todos os continentes, em todos os países, em todos os grupos e, através deles, em todos os indivíduos. Podemos representar o conjunto dos homens como um vasto corpo que, aliás, mesmo no presente e principalmente no passado, apresenta uma unidade orgânica muito im-perfeita, mas unidade tal que todas as partes de que é constituído formam um todo contínuo, porque são poucos que, pelo menos a intervalos, não tenham tido contato com algum outro e que assim,

de próximo a próximo, se unem ao todo por elos mais ou menos frouxos. Sabemos que isto não está rigorosamente exato. Há regiões certamente habitadas há muito tempo, que só foram descobertas muito tarde. Também existem povos cuja existência é conhecida praticamente desde sempre, através de tradições muito vagas, de narrativas muito sucintas de viajantes, eles não têm propriamente uma história, não sabem fixar a data de acontecimentos antigos, embora algumas lembranças tenham sobrevivido. Contudo, admitimos que esses eventos foram contemporâneos dos que conhecemos em nossas civilizações e que só nos faltam documentos escritos, inscrições em monumentos ou anais, para podermos situá-los no tempo em que nossa história nos permite remontar. Encontramos aqui o tempo histórico de que falamos no capítulo anterior, com esta diferença que imaginamos estendida além dos limites que lhe reconhecemos, de modo que envolve a vida dos povos que não tiveram história e até mesmo o passado histórico.

Por mais natural que possa parecer uma tal extensão, teríamos de nos perguntar se ela é verdadeiramente legítima e que significado teria para nós um tempo de que os povos, até mesmo os mais antigos que conhecemos, não guardaram nenhuma lembrança. Talvez possamos deduzir por analogia. Podemos supor, por exemplo, que o planeta Marte sempre foi habitado, mas diremos que seus habitantes viveram no mesmo tempo que as populações da Terra cuja história conhecemos? Para que uma proposição assim tenha um sentido muito definido, seria preciso imaginar ainda que os habitantes desse planeta se comunicassem conosco por algum meio, pelo menos a intervalos, embora eles e nós tenhamos entrado em contato, tenhamos conhecido algo de sua vida e de sua história, e eles da nossa. Se nada disso acontecer, tudo acontecerá como no caso de duas consciências inteiramente encerradas uma na outra, cujas durações jamais se cruzam. Como então falar de um tempo que seria comum a ambos?

Entretanto, teríamos de ir mais longe e, atendo-nos aos acontecimentos do passado cuja data e ordem de sucessão os historiadores conseguiram fixar e descobrir de modo aproximado, nos perguntar se o quadro que eles apresentam, indicando os que não

ocorreram simultaneamente em países e regiões distantes entre si, nos permite concluir a favor da realidade de um tempo universal nos limites da história. É comum falar-se em “tempos históricos” — como se houvesse muitos, e talvez com isso designássemos períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente. Contudo, também podemos dar um outro sentido a essa expressão, como se houvesse muitas histórias, distintas, umas começando mais cedo, outras começando mais tarde. Claro, um historiador pode colocar-se fora e acima de todas essas evoluções paralelas e considerá-las como outros tantos aspectos de uma história universal. Sentimos também que, em muitos casos, talvez até com frequência maior, a unidade que obtemos então é completamente artificial, porque assim aproximamos acontecimentos que não tiveram nenhuma influência uns sobre os outros e povos que não se baseavam, sequer temporariamente, em um pensamento comum.

Temos sob os olhos a *Cronologia universal* de Dreyss, publicada em Paris em 1858, em que, desde tempos muito remotos, estão indicados, anos a ano, os acontecimentos notáveis que ocorreram em certo número de regiões. Passemos ao primeiro período — da criação do mundo ao dilúvio. Afinal de contas, em especial a tradição do dilúvio existe em um grande número de povos. Talvez corresponda a uma lembrança confusa de origem comum e, por isso, mereça figurar no início de um quadro sincrônico dos destinos das nações. Em seguida, até Jesus Cristo e até o século V depois de Cristo, o autor se limitou a recortar a história da Grécia e a história de Roma, a história dos judeus, a história do Egito — e a justapor esses fragmentos. Esta é apenas uma pequena parte do mundo. Pelo menos, são regiões bastante vizinhas umas das outras para todas terem sentido o contragolpe dos abalos que umas produziam nas outras. Entre cidades ou grupo de cidades, que formavam conjuntos meio fechados, as idéias circulavam, as notícias se propagavam. Em 1858, e até antes no que diz respeito ao passado, o horizonte histórico certamente se ampliou e teria sido possível dar espaço a muito mais regiões, nesse panorama cronológico antigo. No entanto, da forma como nos é apresentado, com suas limitações, esse contexto pode nos dar uma imagem mais conforme a realidade. Ele

nos apresenta um conjunto de povos cujos destinos estavam muito estreitamente ligados para que situassem suas vicissitudes em um mesmo tempo. Este não é senão o mundo conhecido que os antigos conheciam — pelo menos ele formava quase um todo.

Mais tarde, e à medida que nos aproximamos dos tempos modernos, o panorama se amplia, mas perde cada vez mais sua unidade. Sabemos que em 1453 a Guerra dos Cem Anos terminou e que, no mesmo ano, os turcos tomaram Constantinopla. Em que memória coletiva comum esses dois fatos deixaram seus traços? Tudo está realmente entrelaçado e na hora não podemos prever quais serão as repercussões de um acontecimento e até por quais regiões do espaço elas se propagarão. Contudo, são as repercussões, não o acontecimento, que entram na memória de um povo que passa pelo evento, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham ocorrido no mesmo ano, se esta simultaneidade não foi observada pelos contemporâneos. Cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo. Acontece que cidades, províncias e povos se fundem em uma nova unidade, enquanto o tempo comum se amplia, talvez até se estenda mais longe no passado, pelo menos para uma parte do grupo, que agora encontramos participando de tradições mais antigas. O inverso também pode ocorrer quando um povo se desmembra, quando se formam colônias, quando novos continentes são povoados. A história da América, até o início do século XIX e desde as primeiras colônias, está estreitamente ligada à história da Europa. Durante todo o século XIX e até o presente, parece que dela se separou. Como é que um povo, que só tem atrás de si uma história curta, poderia representar o mesmo tempo de outro, cuja memória remonta a um passado longínquo? É por meio de uma construção artificial que fazemos esses dois tempos se interpenetrarem, ou quando os alinhamos um ao lado do outro num tempo vazio, que nada tem de histórico, é apenas o tempo abstrato dos matemáticos.

Não esqueçamos, é verdade, que numa época em que os meios de comunicação eram difíceis, em que não existiam telégrafos nem jornais, as pessoas viajavam e as notícias circulavam mais de-

pressa e a distância maior do que imaginamos. A Igreja abraçava toda a Europa e até estendia seus tentáculos aos outros continentes. Uma organização diplomática muito desenvolvida permitia que os príncipes e seus ministros soubessem muito depressa o que acontecia nos outros países. Os comerciantes tinham depósitos, balcões, vitrines, escritórios e correspondentes nas cidades estrangeiras. Sempre houve determinados meios e determinados grupos que serviam de órgãos de ligação entre os países mais distantes. No entanto, o horizonte da massa do povo não se expandiu. Durante muito tempo, o maior número de homens não se interessava nada pelo que acontecia além dos limites de suas províncias e com ainda maior razão, de seu país. Por isso é que houve e ainda há tantas histórias distintas quantas nações. Quem quiser escrever a história universal e fugir a seus limites, do ponto de vista de que conjunto de homens se poria? Será esta a razão por que os eventos que interessam a Igreja, como os concílios, os cismas, a sucessão dos papas, os conflitos entre os clérigos e os chefes temporais, ou os fatos que preocupam os diplomatas, negociações, alianças, guerras, tratados, intrigas de corte passaram muito tempo no primeiro plano, nas narrativas históricas? Não será também porque, em períodos mais recentes, os círculos sociais que compreendem os comerciantes, os homens de negócio, os industriais, os banqueiros ouviram suas preocupações especiais sobre a maior parte da superfície da Terra que deram lugar, na história universal, ao progresso da indústria, aos deslocamentos das correntes comerciais, às relações econômicas entre os povos? Mas a história universal assim estendida não é mais do que uma justaposição de histórias parciais que só abrangem a vida de certos grupos. Se o tempo singular assim reconstruído se estende a espaços mais vastos, ele só abrange uma parte muito restrita da humanidade que povoa esta superfície: a massa da população que só entra em círculos limitados e ocupa as mesmas regiões também tem a sua história.

Talvez nos tenhamos colocado em um ponto de vista que não é e não pode ser o dos historiadores. Nós os censuramos por confundirem em um único tempo histórias nacionais e locais que representam outras tantas linhas distintas de evolução. No entanto, se

conseguimos imaginar um quadro sincrônico em que todos os fatos, em qualquer lugar que tenham ocorrido, se aproximam e, claro, porque os destacamos dos ambientes que os situavam em seu próprio tempo, ou seja, fazemos uma abstração do tempo real em que eles estavam situados. É opinião corrente que, ao contrário, a história se interessa um pouco exclusivamente demais pela ordem de sucessão cronológica dos fatos no tempo. Lembremos o que já foi dito no capítulo anterior, quando comparamos o que se pode chamar de memória histórica e a memória coletiva. A primeira guarda principalmente as diferenças — mas as diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura a um outro estado que dura. Quando abstraímos estados ou intervalos e guardamos apenas seus limites, na verdade deixamos de lado o que há de mais substancial no próprio tempo. Uma mudança também se estende por uma duração, às vezes uma duração muito comprida. Em todo caso, é o mesmo que dizer que se decompõe em uma série de mudanças parciais, separadas por intervalos em que nada muda. Desses intervalos menores, a narrativa histórica faz mais uma abstração. Seria até possível que nos desse ainda mais. Para nos fazer saber o que não muda, o que dura no verdadeiro sentido da palavra, para nos dar uma boa representação adequada, teríamos de nos recolocar no meio social que tomava consciência dessa estabilidade relativa, fazer reviver para nós uma memória coletiva que desapareceu. Basta que nos descrevam uma instituição, dizendo que ela não mudou durante meio século? Para começar, isto não é exato, pois de qualquer maneira houve muitas modificações lentas e imperceptíveis, que o historiador não percebe, mas o grupo pressentia, ao mesmo tempo aliás que pressentia uma relativa estabilidade (essas duas representações estão sempre estreitamente ligadas). Por outro lado, e conseqüentemente, este será um dado puramente negativo enquanto não conhecermos o conteúdo da consciência do grupo e as circunstâncias diversas nas quais se pode reconhecer que a instituição realmente não mudaria. A história é necessariamente um resumo e é por isso que ela encerra e concentra em alguns momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros — é neste sentido que ela extrai as mudanças da duração.

Nada impede agora que comparemos e juntemos acontecimentos assim isolados do tempo real e os disponhamos segundo uma série cronológica. Mas uma tal série sucessiva se desdobra em uma duração artificial, que nada tem de realidade para nenhum dos grupos aos quais esses acontecimentos foram emprestados — para nenhum deles não é o tempo em que seu pensamento tinha o hábito de se movimentar e localizar o que recordavam de seu passado.

A memória coletiva retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas. Ora, é precisamente o que está além desse limite que prende a atenção da história. Às vezes se diz que a história se interessa pelo passado, e não pelo presente. Entretanto, para ela o que é passado realmente é o que já não está mais compreendido no terreno em que ainda se estende o pensamento dos grupos atuais. Parece que a memória coletiva tem de esperar que os grupos antigos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória tenham desvanecido, para que se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão de fatos que agora só ela é capaz de conservar. Certamente é necessário procurar a ajuda de testemunhos antigos, cujos vestígios subsistem em textos oficiais, jornais da época, memórias escritas por contemporâneos. Na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que nada têm a ver com a opinião de então, porque essa opinião não existe mais, não somos obrigados a levá-la em conta, não é preciso temer que ela apresente um desmentido. Tanto isso é verdade, que ele só realiza sua obra na condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram os eventos, que tiveram contato mais ou menos direto, e que podem recordá-los.

Situemo-nos agora no ponto de vista das consciências coletivas, já que este é o único meio para permanecermos em um tempo real, contínuo o suficiente para que um pensamento possa percorrer todas as suas partes continuando a ser quem é e guardando a sensação de sua unidade. Já dissemos que é preciso distinguir o número de tempos coletivos tantos quantos forem os grupos separados. Con-

tudo, não podemos deixar de reconhecer que a vida social em seu conjunto e em todas as suas partes decorre num tempo dividido em anos, meses, dias, horas. É preciso que seja assim, sem o quê, se as durações nos diversos grupos em que se decompõe a sociedade comportassem divisões diferentes, não poderíamos estabelecer nenhuma correspondência entre seus movimentos. Ora, justamente porque esses grupos se separaram uns dos outros, cada um tem seu próprio movimento, e porque as pessoas passam de um grupo a outro, as divisões do tempo devem ser bastante uniformes por todos os cantos. Quando estivermos num primeiro grupo, sempre se poderá prever em que momento entraremos num segundo grupo, momento este que, é claro, nos remete ao tempo do segundo. Mas enquanto estivermos no primeiro, estamos no tempo do primeiro, não no tempo do segundo. Este é o problema que se apresenta a um viajante que deve ir ao estrangeiro e dispõe apenas de relógios de seu país para medir o tempo. No entanto, ele terá a garantia de não perder seu trem se a hora for a mesma em todos os países... ou se houver um quadro de correspondência entre as horas dos diversos países.

Diremos então que existe um tempo único e universal a que todas as sociedades se referem, cujas divisões se impõem a todos os grupos e que esta oscilação comum, transmitida a todas as regiões do mundo social, restabelece entre elas as comunicações e relações que suas mútuas barreiras tenderiam a impedir? Em primeiro lugar, a correspondência entre as divisões do tempo em muitas sociedades vizinhas é muito menos exata do que em matéria de horários internacionais de estrada de ferro — o que se explica pelo fato de que as exigências dos diversos grupos em relação a isso não são as mesmas. Em geral, na família o tempo comporta certo jogo, bem mais do que na escola ou na caserna. Embora o vigário deva dizer sua missa na hora, não se pode prever a duração exata de seu sermão. Fora das cerimônias, às quais muitas vezes chegam atrasados e nem sempre acompanham até o fim, os fiéis podem ir à igreja quando quiserem e ali fazer exercícios de preces e devoções sem se reger pela hora astronômica. O comerciante deve chegar na hora para não perder uma reunião de negócios, mas as compras se distribuem por todo o dia, e para as encomendas, entregas, se há atrasos fixados,

em geral é com uma grande aproximação. Por outro lado, parece que descansamos ou nos vingamos em certos ambientes da exatidão a que somos obrigados em outros. Há uma sociedade cuja matéria se renova sem parar, cujos elementos estão continuamente se deslocando uns em relação aos outros: o conjunto dos homens que circulam pelas ruas. Ora, alguns dentre eles talvez estejam com pressa, apressam o passo, olham nos relógios nos arredores das estações dos trens e dos metrô, ao chegarem aos escritórios e na saída — mas, em geral, quando passeamos, quando perambulamos pelas ruas, quando olhamos as fachadas das lojas, não medimos a duração das horas, não cuidamos de saber exatamente que hora é e quando temos de fazer um longo trajeto para chegar mais ou menos na hora, nos guiamos por um vago sentimento, como nos dirigimos em uma cidade sem olhar os nomes das ruas por uma espécie de faro. Visto que nos diversos ambientes não temos a necessidade de medir o tempo com a mesma exatidão, a correspondência entre o tempo do escritório, o tempo de casa, o tempo da rua, o tempo das visitas é fixado entre limites às vezes bastante amplos. Por isso pedimos desculpas por chegar atrasado a uma reunião de negócios ou voltamos para casa a uma hora anormal dizendo que encontramos alguém na rua: no final das contas, é o mesmo que reivindicar o benefício da liberdade com que se mede o tempo num ambiente em que ninguém se preocupa lá muito com exatidão.

Falamos principalmente em horas e minutos, mas às vezes dizemos a um amigo: "Irei visitar você um dia desses, na semana que vem, daqui a um mês" — ou, quando revimos um parente distante, contamos o número aproximado de anos em que não nos vimos. Esse tipo de relacionamento ou sociedade não comporta uma localização no tempo mais definida. Assim, e já desse ponto de vista, não será exatamente o mesmo tempo, mas tempos em correspondência mais ou menos exata que encontraremos em nossas sociedades.

É verdade que todos se inspiram no mesmo tipo e se referem a um mesmo contexto, que poderia ser considerado o tempo social por excelência. Não temos de pesquisar a origem da divisão da duração em anos, meses, semanas, dias. É um fato muito antigo na forma conhecida, baseado em tradições. Não se pode dizer que é

consequência de um acordo fechado entre todos os grupos, o que implicaria em que, em dado momento, eles eliminam as barreiras que os separam e se fundem por algum tempo em uma única sociedade que teria como objetivo fixar um sistema de divisão da duração. No entanto, é possível e certamente necessário que outrora esse acordo tenha ocorrido em uma única sociedade, de onde emanariam todas as que conhecemos. Suponhamos que antigamente as crenças religiosas tenham imprimido fortemente sua marca nas instituições. Talvez os homens que traziam em si os atributos de chefes e sacerdotes dividiram o tempo inspirando-se ao mesmo tempo em suas concepções religiosas e na observação do curso natural de fenômenos celestes e terrestres. Quando a sociedade política se distinguiu do grupo religioso, quando as famílias se multiplicaram, continuaram a dividir o tempo da mesma maneira que na sociedade primitiva de onde vinham. Ainda agora, quando se formam novos grupos, permanentes ou efêmeros, entre pessoas de uma mesma profissão, de uma mesma cidade ou de uma mesma aldeia, entre amigos que visam criar uma obra social, realizar uma atividade literária ou simplesmente por ocasião de uma reunião, uma viagem em comum, é sempre por separação de um ou muitos grupos mais amplos e mais antigos. É natural encontrarmos muitos vestígios das comunidades de origem nessas novas formações, e que muitas idéias elaboradas nestas passem para aquelas: a divisão do tempo seria uma dessas tradições, que não poderíamos dispensar, pois não há grupo que não sinta necessidade de distinguir e identificar as diversas partes de sua duração. Por isso encontramos nos nomes dos dias da semana e dos meses muitos vestígios de crenças e tradições desaparecidas, por isso sempre datamos os anos a partir do nascimento de Cristo, por isso as velhas idéias religiosas sobre as virtudes do número 12 estão na origem da atual divisão do dia em horas, minutos e segundos.

Entretanto, embora subsistam essas divisões, não quer dizer que haja um tempo social único, porque apesar de sua origem comum, elas tomaram um significado muito diferente entre os diversos grupos. Não é somente porque, como já demonstramos, a necessidade de exatidão com relação a isso varia de uma sociedade para outra — mas, antes, como a questão é aplicar essas divisões e

séries de eventos ou tentativas que não são as mesmas em muitos grupos, que terminam e recomeçam a intervalos que não correspondem uns a outros de uma sociedade para outra, podemos dizer que se conta o tempo a partir de datas diferentes nesta e naquela. O ano escolar não começa no mesmo dia do ano religioso. No ano religioso, o aniversário do nascimento de Cristo e o aniversário de sua morte e de sua ressurreição determinam as principais divisões do ano cristão. O ano leigo começa no dia primeiro de janeiro, mas, segundo as profissões e tipos de atividades, comporta divisões muito diferentes. As divisões do ano camponês se baseiam no ritmo dos trabalhos agrícolas, que por sua vez é determinado pela alternância das estações. O ano industrial ou comercial se compõe em períodos em que se trabalha a pleno rendimento, quando afluem os pedidos, e em outros, quando os negócios andam mais devagar e até param — não são os mesmos em todos os tipos de comércio ou de indústria. O ano militar é contado tanto partindo da data da incorporação no sentido literal, tanto segundo o que chamamos de recrutamento, conforme o intervalo que os separa, ou seja, no sentido inverso, talvez porque a monotonia dos dias faça com que esta duração mais se aproxime do tempo homogêneo em que, por medida, se pode escolher por convenção o sentido que se quiser. Assim tanto existem grupos quanto origens de tempos diferentes. Não há nenhum que se imponha a todos os grupos.

O mesmo acontece com o dia. Poderíamos acreditar que a alternância dos dias e das noites marca uma divisão fundamental, um ritmo elementar do tempo, que é o mesmo em todas as sociedades. A noite, consagrada ao sono, interrompe a vida social. É o período em que o homem escapa inteiramente ao domínio das leis, dos costumes, das representações coletivas, em que está verdadeiramente só. Contudo, a noite não é um período excepcional neste aspecto, será que o sono físico existe somente para interromper temporariamente a marcha dessas correntes que são as sociedades? Se a ele atribuímos essa virtude, é porque esquecemos que não há apenas uma sociedade, mas grupos, e a vida de muitos deles se interrompe bem antes da noite e ainda em outros momentos. Digamos que, por assim dizer, um grupo adormece quando não há mais ho-

mens associados para sustentar e ampliar seu pensamento, mas que apenas dormita, continua a existir enquanto seus membros estão prontos a se aproximar e a reconstituí-lo tal como era quando o deixaram. Ora, há somente um grupo do qual se pode dizer que sua vida consciente é periodicamente suspensa pelo sono físico dos homens: a família, já que em geral é dos nossos que nos despedimos quando nos deitamos e são eles que vemos antes de todos os outros ao despertar. A consciência do grupo familiar obscurece e desaparece em outros momentos: quando seus membros se distanciam, o pai e às vezes a mãe no trabalho, a criança na escola, e os períodos de ausência que, contados em horas de relógio, são mais curtos do que a noite, talvez não pareçam menos longos para a própria família, porque durante a noite, ela não tem consciência do tempo — se um homem dormiu uma ou dez horas, ao despertar ele não sabe quanto tempo decorreu: um minuto, uma eternidade? Quanto aos outros grupos, em geral sua vida é interrompida muito antes do anoitecer e retomada muito depois. Se essa interrupção é mais demorada, não é de natureza diferente de outras pausas que acontecem na vida dos mesmos grupos em outros momentos do dia. Em todo caso, a jornada de trabalho não se estende de maneira ininterrupta em toda a seqüência das horas que separam o despertar do sono — ela não atinge esses dois limites e é cortada por intervalos que pertencem a outros grupos. O mesmo acontece, por razão ainda maior, com o dia religioso ou o dia mundano. Embora nos pareça que a noite marca a divisão essencial do tempo, é isso para a família e não há comunidade à qual nos apeguemos mais estreitamente. Examinemos agora os outros grupos cuja vida se detém e recomeça — suponhamos que os intervalos de parada sejam tão vazios quanto a noite e que a representação do tempo neles desapareça tão completamente quanto eles. Seria muito difícil dizer onde, nesses grupos, o dia começa e onde termina — de qualquer maneira, ele não começaria na mesma hora em todos os grupos.

De fato, como já vimos, há uma correspondência bastante exata entre todos esses tempos, embora não possamos dizer que eles se adaptaram uns aos outros por uma convenção estabelecida entre os grupos. De modo geral, todos dividem o tempo da mesma

maneira, porque todos herdaram uma mesma tradição. Essa divisão tradicional da duração está em harmonia com o ritmo da natureza — não é de surpreender, pois ela foi estabelecida por homens que observavam o curso dos astros e o curso do sol. Como a vida de todos os grupos se desenrola nas mesmas condições astronômicas, todos eles podem constatar que o ritmo do tempo social e a alternância dos fenômenos da natureza estão muito bem adaptados entre si. Não é menos verdade que, de um grupo a outro, as divisões do tempo em harmonia não são as mesmas e, em todo caso, não têm o mesmo sentido. É como se um mesmo balancim transmitisse o seu movimento a todas as partes do corpo social. Na realidade, não há um calendário único, exterior aos grupos e que serviria de referência a eles. Há tantos calendários diferentes quantas sociedades diferentes, pois as divisões do tempo se expressam tanto em termos religiosos (cada dia consagrado a um santo), como em termos de negócios (dias de pagamento etc.). Pouco importa que aqui e ali falemos de dias, meses, anos. Um grupo não poderia usar o calendário de outro. O comerciante não vive no campo religioso, não é aí que ele encontrará pontos de referência. Se em outras épocas mais ou menos remotas foi diferente, se as feiras e os mercados aconteciam em dias consagrados pela religião, se a expiração de uma dívida de comércio era fixada no dia de São João ou no dia da Candelária, é porque o grupo econômico ainda não estava separado da sociedade religiosa.

A questão agora é saber se esses grupos estão realmente separados. Poderíamos conceber que façam inúmeros empréstimos entre si, que suas vidas se aproximem e se mesquem com muita freqüência, que essas linhas de evolução estão sempre se cruzando. Se assim, pelo menos a intervalos, muitas correntes de pensamento coletivo podem se misturar, trocar sua substância e correr num mesmo leito... como falar de seus tempos múltiplos? Não é num mesmo tempo que eles fixam o lugar de pelo menos uma parte de suas lembranças? Quando acompanhamos a vida de um grupo como a igreja durante um período de sua evolução, veremos que o seu pensamento refletiu a vida de outras sociedades contemporâneas com as quais ela esteve em contato. Quando escreveu *Port-Royal*, Sainte-Beuve en-

tra bem mais profundamente nesse movimento religioso único em seu gênero, atinge muito melhor as energias secretas e a originalidade interna que faz entrar em seu quadro um número maior de fatos e de personagens tomados de outros ambientes, mas que marcam uma série de pontos de contato entre o século e as preocupações desses solitários. Poucos são os acontecimentos religiosos que não tenham uma face voltada para a vida mundana e não tenham ressonância em grupos leigos. É como tomar nota das conversas trocadas em uma reunião de família ou em um salão, em que se tratará do que acontece em outras famílias, em outros meios, como se o grupo dos artistas ou o grupo dos políticos penetrasse na intimidade desses grupos tão diferentes, ou os levasse em seu movimento. Quando se diz que uma sociedade, uma família, um meio laico está ultrapassado ou está por dentro, não estamos pensando em interpenetrações ou contaminações do gênero? Uma vez que todo fato notável, em qualquer região do corpo social que tenha surgido, pode ser tomado como ponto de referência por qualquer grupo para determinar as épocas de sua duração, não será a prova de que os limites que traçamos entre as diversas correntes coletivas são arbitrários e se tocam em muitos pontos de seu percurso para que haja motivos para separá-los?

Dizem que um mesmo acontecimento pode afetar ao mesmo tempo muitas consciências coletivas distintas: conclui-se daí que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem em uma representação comum. Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa à sua maneira e o traduz em sua linguagem? Um e outro são grupos que estão no mesmo espaço. O acontecimento também ocorre no espaço, pode-se dizer que um e outro grupo percebem isso. O que importa é a maneira como eles o interpretam, o sentido que lhe dão. Para que lhes emprestemos o mesmo significado, é preciso antes que as duas consciências estejam misturadas. Ora, hipoteticamente, elas são distintas. Não se pode conceber que dois pensamentos penetrem assim um no outro. É claro, dois grupos podem se fundir, mas surge então uma nova consciência, cuja extensão e conteúdo já não serão os mesmos de antes. Ou essa fusão é apenas aparente, se os dois grupos se separam e

logo se reencontram para o essencial, como antigamente. Um povo ao conquistar outro pode assimilá-lo, mas acaba se tornando um terceiro povo, ou pelo menos entra em uma nova fase de sua existência. Se não se assimilam, cada um dos dois povos mantém sua consciência nacional própria e reage de maneira diferente frente aos mesmos acontecimentos. O mesmo acontece, em um mesmo país, com a sociedade religiosa e a sociedade política. Quando o Estado subordina a Igreja, quando a preenche com seu espírito, a Igreja se torna um órgão do Estado e perde sua natureza de sociedade religiosa, a corrente do pensamento religioso se reduz a um ténue filetezinho na parte da Igreja que não se conforma em desaparecer. Nas almas religiosas e no espírito dos chefes políticos, quando Igreja e Estado estão separados, um mesmo acontecimento — a Reforma, por exemplo — dará lugar a diferentes representações que se ligarão muito naturalmente aos pensamentos e tradições dos dois grupos, mas que não se confundirão.

Da mesma forma, embora a publicação das *Cartas da província* marque uma data na história da literatura e na vida de Port-Royal, não nos damos conta de que naquele ano a corrente do pensamento literário e a corrente religiosa jansenista se confundiram. Sabemos muito bem que Pascal não conseguiu fazer M. de Sacy se reconciliar com Montaigne, que os jansenistas não deixaram de condenar a concupiscência do espírito, que para eles Pascal não passava de instrumento de Deus, que talvez até atribuíssem mais importância ao milagre do Espinheiro Sagrado que em sua família tivera maior importância do que sua atividade de escritor. Quando Sainte-Beuve nos traça o retrato dos que entraram em Port-Royal, compreendemos claramente o desdobramento de sua pessoa: são os mesmos homens, mas são as mesmas personalidades, aquelas de que o mundo guarda lembrança e as que são impostas à memória dos jansenistas, apagado todo o brilho do espírito, do talento, a conversão que marca um fim em uma sociedade e na outra um começo, como se houvessem duas datas que não têm lugar no mesmo tempo? Quando se trata, como neste caso, de um acontecimento, um problema moral, é verdade que a questão se complica um pouco. Por exemplo, é concebível que tal ou qual família e o

— nos grupos que se ocupam das ciências, da arte e dos negócios — mas então não é preciso que, entreando-se com essas coisas juntos aos nossos, esqueçamos esses grupos para pensar nos nossos.

Se as diversas correntes do pensamento coletivo jamais se interpenetram realmente e não podem ser postas e mantidas em contato, é muito difícil dizer se o tempo passa mais depressa para um do que para o outro. Como saber qual é a velocidade do tempo, se não há medida comum e não concebemos nenhum meio de medir a velocidade de um em relação à de outro? Pode-se muito bem dizer que em certos ambientes a vida passa, os pensamentos e as sensações se sucedem segundo um ritmo mais rápido do que em outros. Definiríamos a velocidade do tempo conforme o número de eventos que encerra? Mas havíamos dito que o tempo é uma coisa muito diferente de uma série de fatos sucessivos ou uma soma de diferenças. Somos vítima de uma ilusão quando imaginamos que uma quantidade maior de acontecimentos ou de diferenças significa o mesmo que um tempo mais longo. Isso é esquecer que os acontecimentos dividem o tempo mas não o preenchem. Os que multiplicam suas ocupações e distrações terminam por perder a noção do tempo real e talvez por fazer desaparecer a própria substância do tempo que, recordado em tantas partes, já não pode mais se estender ou se dilatar e não oferece mais nenhuma resistência. Como a facilidade de mudar é limitada num grupo humano, seria necessário que a medida que se multiplicam as mudanças, cada uma se torne menos importante. A atividade de grupos como as bolsas de valores, as sociedades industriais e comerciais, onde em pouco tempo se trata de uma enorme quantidade de negócios, os mesmos tipos de combinações que desfilam no pensamento de seus membros. Será preciso aguardar muitos anos, às vezes muitas décadas para que da acumulação de todas essas palavras e de todos esses gestos resulte mudança importante que venha a alterar de modo duradouro a memória desses ambientes, ou seja, a imagem que eles guardam de seu passado. Através dessa agitação mais do que semi-automática, o grupo encontra um tempo bastante unifor-

grupo religioso tenham sido afetados da mesma maneira, porque a família é muito religiosa.

Quando conta a vida de seu irmão, *Madame Périer* fala dele como de um santo, num tom muito jansenista. Contudo, o mesmo acontece em uma família apaixonada pela política, as discussões que se referem a esta põem a família em contato com meios que têm essas discussões como objeto exclusivo. Examinemos essa questão um pouco mais de perto. Sempre há pelo menos uma nuança ou a ausência de uma nuança que nos revela se a religião ou a política passou para o segundo plano todas as considerações de parentesco, caso esse, claro, em que não estamos mais na família.

Houve momentos em que o quarto de Pascal se transformou em uma célula ou uma capela e o salão de *Madame Roland* já não se distinguia de um clube ou de um conselho de ministros girondinos. Em outros casos, ao contrário, o pensamento familiar se apossa de imagens e eventos da religião e da política para alimentar sua vida própria, e aí acontece que nos orgulhamos do brilho que recai sobre a família porque um de seus membros se tornou ilustre em um ou outro desses campos, e seus membros se sentem como parentes mais próximos ou, ao contrário, dilacerados, porque suas crenças e convicções em relação a isso os unem ou os separam. Isto só será possível se esses elementos do pensamento, que para a família aparentemente se referem a objetos e pessoas que lhes são exteriores, forem transpostos em representações familiares — ou seja, se conservarem muito bem a forma política ou religiosa aparente, mas tiverem como substância as reações da parentada, os interesses e preferências da casa, dos irmãos, dos ascendentes. Essas transposições serão possíveis quando resultarem do fato de se praticar tal religião ou ter tal opinião política porque há muito são as da família. “Meu Deus e meu rei”, diz o camponês, mas se deve entender: meu lar, meus pais, meus parentes. Quantas oposições de crenças e convicções não passam de antagonismo disfardado de irmão para irmão, de filho em relação aos pais! Isso não impede que em determinadas ocasiões sejam esquecidos. Nesse momento é que somos afetados nos grupos religiosos e políticos, como também o seríamos

vidade, em que as pessoas estão superexcitadas, em que pensamentos e gestos são arrastados em um movimento vertiginoso. Mas a cidade é a cidade, ou seja, é um ambiente em que o mecanismo se introduziu não apenas nos trabalhos produtivos, mas regula também os deslocamentos, as distrações e brincadeiras espirituosas. O pensamento só adquire consistência quando se estende por uma duração suficiente. Como comparar o número de estados de consciência que se sucedem para medir a rapidez do tempo nos dois grupos, já que se trata de pensamentos e representações do mesmo gênero? Na realidade não podemos dizer que o tempo está passando mais depressa ou mais devagar em uma sociedade do que em outra — a idéia de rapidez, aplicada à passagem do tempo, não oferece um significado definido. Ao contrário, é notável que o pensamento, quando lembramos, pode percorrer em instantes intervalos de tempo mais ou menos grandes e remontar ao curso da duração com uma rapidez que varia não somente de um grupo a outro, mas ainda dentro de um grupo, de um indivíduo a outro e até, em relação a um indivíduo que permanece no mesmo grupo, de um momento a outro. Às vezes nos surpreendemos, quando buscamos uma lembrança muito distante, com a rapidez com que o espírito salta por vastos períodos e, como se houvesse calçado as botas de sete léguas, apenas entrevê a passagem das representações do passado que aparentemente deveriam preencher aquele intervalo.

Por que imaginar que todas as lembranças antigas estariam ali, arrumadas na ordem exata em que se sucederam, como se nos esperassem? Se para voltar ao passado tivéssemos de nos guiar por essas imagens completamente diferentes umas das outras, cada uma correspondendo a um evento que só aconteceu uma vez, o espírito não passaria por cima delas em imensas passadas, e também não se limitaria sequer a tocar nelas, mas elas desfilariam uma a uma sob seu olhar. Na verdade, o espírito não passa em revista todas essas

me que, resumindo, não passa mais depressa do que o do pescador de anzol.

Repetimos também que existem povos retardatários, cuja evolução ocorre muito lentamente e, num mesmo país, é comum insistir no ritmo rápido da existência nas grandes cidades em relação aos vilarejos, ou nas regiões industriais em relação ao campo. Não esqueçamos que os grupos que se compara não têm a mesma natureza nem o mesmo gênero de ocupação. Contudo, será que o fato de, no intervalo de um dia, os habitantes de um vilarejo terem menos oportunidades de mudar a orientação de sua atividade ou de seu pensamento, significará que para eles o tempo passa mais lentamente do que nas cidades? E o habitante da cidade que tem essa idéia — mas por quê? Porque ele imagina o vilarejo como uma cidadezinha cuja atividade é mais lenta, que pouco a pouco é paralisada e adormece. Mas um vilarejo é um vilarejo, e só pode ser comparada com um vilarejo e não com um grupo de natureza diferente. Ora, no campo o tempo se divide segundo uma ordem de ocupações, que por sua vez se regulam pelo curso da natureza animal ou vegetal. É preciso esperar que o trigo brote da terra, que os animais tenham posto seus ovos ou partido seus filhotes, que as terras das vacas estejam cheias. Não há mecanismo que possa precipitar essas operações. O tempo é exatamente o que deve ser em tal grupo e entre tais pessoas, cujo pensamento assumiu um comportamento de acordo com suas necessidades e suas tradições. Há períodos de pressa, dias em que descansamos, mas estas são irregularidades que têm a ver com o conteúdo do tempo e não alteram seu curso. Quando nos absorvemos numa tarefa, num bate-papo, em devaneio, em uma reflexão, uma lembrança, quando vemos as pessoas passar ou quando jogamos cartas, a partir do momento em que estes são modos de ser e tipos de atividades habituais, reguladas pelo costume, cada uma com seu lugar e a duração que lhe convém, o tempo é exatamente o que sempre foi, nem rápido nem lento demais. Inversamente, os camponeses transportados a uma cidade se espantarão com esse ritmo da vida que se precipita e pensarão que um dia mais cheio deve condensar também mais tempo. Isso acontece porque eles imaginam a cidade como um vilarejo tomado pela febre de ati-

tos, anos não o vejo, mas nosso grupo subsiste pelo menos em pensamento, pois se nos encontrássemos amanhã, teríamos um diante do outro a mesma atitude de quando nos separamos. Só que ele morreu há alguns meses: nosso grupo se dissolveu. Não o encontramos mais. Não posso mais evocá-lo como pessoa realmente viva. Quando nos vejo agora empenhados outrora numa conversa, como desejar que, para evocar essas lembranças, eu me apóie na memória do grupo, se o grupo não existe mais? Mas o grupo não é somente, nem principalmente, um conjunto de indivíduos definidos, e sua realidade não se esgota em algumas imagens que podemos enumerar e a partir do qual o reconstruíamos. Ao contrário, o que essencialmente o constitui é um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações que se particularizam e em certa medida refletem as personalidades de seus membros, mas são bastante generalizadas e até impessoais para conservar seu sentido e sua importância para mim, e ao mesmo tempo essas personalidades se transformariam e seriam substituídas por outras, parecidas, é verdade, mas diferentes. É isso que representa o elemento estável e permanente do grupo e, longe de encontrá-lo a partir de seus membros, é a partir desse elemento que reconstruo suas imagens. Portanto, quando penso em meu amigo, é porque me situo novamente em uma corrente de idéias que nos foram comuns, que para mim subsiste, ainda que o meu amigo não esteja mais presente, ou não possa mais me encontrar no futuro — desde que se conservem à minha volta as condições que me permitam nela me situar. Ora, elas se mantêm porque esse tipo de preocupações não era estranho aos nossos amigos comuns; encontro, encontro ainda, pessoas parecidas com meu amigo pelo menos nesse aspecto, pessoas nas quais volto a encontrar o mesmo caráter e os mesmos pensamentos, como se houvessem sido meus irmãos virtuais do mesmo grupo.

Suponhamos que as relações entre duas ou mais pessoas sejam tais que este elemento de pensamento comum impessoal faça falta. Dois seres se amam com uma paixão estreitamente egoísta, o pensamento de cada um está plenamente cheio com o outro. Eles podem dizer: eu amo porque é ele, porque é ela... Aqui nenhuma substituição é possível. Tão logo desaparece a paixão, nada subsis-

la, haviam criado entre nós uma comunidade mais fechada. Há muito grupo nossas relações pessoais, anteriores à nossa entrada na escola e eu fazíamos parte do grupo maior de nossos colegas, mas nesse momento as características de nossos professores, de nossos amigos. Ele envolvidos numa conversa psicológica — analisamos e descrevemos ao lado de um colega de escola a quem era muito ligado, ambos. É verdade, isto exige alguma explicação. Em pensamento me vejo ambiente e em seu próprio tempo, e me sinto no coração do grupo. postar no ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu comigo em meu espírito tudo o que me permite estar à altura de me idade mesmo que dela me tenha afastado — basta que eu carregue seus membros. De fato, continuo a sofrer a influência de uma sociedade que esta ajuda não implica na presença real de um ou mais de mos que um indivíduo recorre à memória do grupo, devemos então ainda a um interesse ou a uma preocupação do grupo. Quando dizemos ou personalidades de outrora à medida que respondem e respondem encontramos inscritos ou indicados os vestígios de acontecimentos mostramos, a um contexto homogêneo e inteiramente vazio. Nela tos que nele sucederam. Mas ele também não se reduz, como já mentos. É claro, esse tempo não se confunde com os acontecimentos. Basta que se desloque nesse meio para encontrar todos os seus elementos num meio em que todos os acontecimentos se concatenam. barrar em obstáculo ou barreira que o impeçam de ver além, ele se explorar suas diversas partes com um movimento contínuo sem esmento pode retroceder num tempo desse tipo, aprofundar-se nele, e volta sua atenção para os mesmos objetos. Enquanto meu pensamento período, não muda de natureza, conserva quase a mesma estrutura ve de contexto comum ao pensamento de um grupo que, em si, não durante período até bastante extenso e consequência de que ele ser no hoje. O fato de permanecer o tempo de alguma forma imóvel ce hoje como era ontem, de modo que podemos encontrar o ontem pensamos como um meio contínuo que não mudou e que permanece tempo tem o poder de desempenhar este papel à medida que nele que é o de um determinado grupo que ele procura encontrar ou imagens, nada aliás indica que subsistam. É no tempo, no tempo

cimentos que ela deve reter. Aliás, note-se que aqui não é o número de lembranças que importa. Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que continua acessível para nós em toda a sua extensão. Quando se transforma, um tempo novo começa para ele e sua atenção progressivamente se afasta do que foi e agora não é mais. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para os membros do grupo a quem essa transformação menos tocou, como se o grupo antigo recusasse se deixar absorver inteiramente pelo novo, que saiu de sua substância. Embora a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais, segundo as partes contempladas do corpo social, não é porque uns têm mais lembranças do que outros — mas porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em volta de centros de interesse que já não são exatamente os mesmos.

Sem sair da família, a memória do pai e a da mãe os transporta ao tempo que seguiu seu casamento, explora uma região do passado que as crianças só conhecem de ouvir dizer — estas não têm lembrança de um tempo em que ainda não haviam despertado para a consciência no ambiente de seus pais. A memória do grupo familiar se reduz então a um feixe de séries de lembranças individuais, parecidas em todas as partes do tempo onde correspondem às mesmas circunstâncias, mas que tão logo remontamos o curso da duração se interrompem mais ou menos cedo? Assim, em uma família, tantas memórias, tantas visões de um mesmo grupo quantos os membros da família, já que se estendem por tempos desiguais? Não, mas reconhecemos transformações características na vida desse grupo.

Até o momento em que nossos filhos nascem e se tornam capazes de lembrar, depois do casamento, pouco tempo passou — mas este ano ou esses poucos anos passados estão cheios de acontecimentos, mesmo que aparentemente nada tenha acontecido. E então que se descobre não apenas as características pessoais dos dois esposos, mas tudo o que eles têm de seus pais, dos ambientes em que até então viveram; para que um novo grupo se edifique sobre esses elementos, é preciso toda uma série de esforços em comum através de muitas surpresas, resistências, conflitos, sacrifícios, e

tira dos laços que os uniam e esquecerão ou guardarão um do outro somente uma lembrança pálida e desbotada. Sobre o quê se apoiarão, para que cada um se lembre do outro tal como o via? No entanto, às vezes, se a lembrança subsiste apesar do afastamento, apesar da morte, é porque além da ligação pessoal havia um pensamento comum, o sentimento da fuga do tempo, a visão dos objetos em torno, a natureza, qualquer tema de meditação: é o elemento estável que transformava a unidade de dois seres na base simplesmente afetiva em uma sociedade, e é o pensamento subsistente do grupo que evoca a aproximação passada, e resgata do esquecimento a imagem da pessoa. Augusto Comte teria conseguido evocar Clotilde de Vaux e vê-la quase com os olhos do corpo, se o amor deles não houvesse tomado o sentido de uma unidade espiritual, e se ele não a houvesse situado na religião da humanidade? É assim que nos lembramos dos pais — certamente porque os amamos, mas principalmente porque eles são os nossos pais. Dois amigos não se esquecem, porque a amizade pressupõe um acordo dos pensamentos e algumas preocupações comuns.

Na realidade, nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, não imaginamos mais os outros membros sob forma concreta. Esses conjuntos tendem a superar as figuras que conhecemos, quase se despersonalizam. Ora, o que é pessoal é também mais estável. O tempo em que o grupo viveu é um ambiente meio despersonalizado, em que podemos atribuir o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem um significado do em relação ao conjunto. E este significado que encontraremos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as figuras particulares e passagens que o atravessam.

Esta permanência do tempo social é bastante relativa. Realmente, se vai muito longe pelas direções variadas onde se aventura o pensamento desses grupos, a nossa retomada do passado não é ilimitada e jamais ultrapassa uma linha que se desloca à medida que as sociedades das quais participamos entram em cada novo período de sua existência. Aparentemente, é como se a memória tivesse a necessidade de se descarregar, conforme aumenta o fluxo de aconte-

também acordos espontâneos, encontros, assentimentos, incentivos, descobertas feitas em conjunto no mundo da natureza e da sociedade. É o tempo dedicado a estabelecer os alicerces do edifício, tempo mais pitoresco e mais movimentado do que os longos intervalos em que a casa será acabada — há no canteiro de obras uma efervescência, um entusiasmo unânime, em primeiro lugar por ser um começo. Mais tarde seremos obrigados a regular nosso trabalho pelo que já foi realizado, pelo qual temos responsabilidade e ao mesmo tempo orgulho, devemos nos alinhar com os edifícios vizinhos, levar em conta exigências e preferências dos que habitarão a casa, o que nem sempre se consegue prever, e daí os contratempos, o tempo perdido, trabalho a desfazer e refazer. Também estaremos sujeitos a parar no meio do trabalho por alguma razão. Há casas inacabadas, obras que há muito aguardam ser retomadas. *Pendent opera interrupta*. Há ainda o tédio de voltar a trabalhar no mesmo lugar dia após dia. Na própria atividade dos que terminam uma construção, em geral há mais inquietude do que alegria. Um trabalho de demolição sempre evoca um pouco a natureza, os operários que escavam os alicerces parecem pioneiros. Como o período em que se estabelecem as bases de um novo grupo não estaria repleto de pensamentos intensos, destinados a durar? Assim sobrevive o espírito dos fundadores em mais de uma sociedade, por mais curto que tenha sido o tempo dedicado aos alicerces.

Em muitos casos, a chegada dos filhos amplia a família, além de modificar o pensamento e a direção de seus interesses. O filho é sempre um intruso, no sentido que bem sabemos, de que ele não se adaptará à família já constituída, mas que os pais e até os filhos já nascidos terão de se dobrar às exigências do recém-chegado, no mínimo às mudanças que resultam de sua introdução no grupo. Até aqui, o casal sem filhos pôde pensar que se bastava — talvez apenas recentemente quase se bastasse, mas ao mesmo tempo se abria a muitas influências externas: palestras, teatro, relações, ocupações profissionais do homem e talvez da mulher, tudo feito em conjunto; nessa passagem por muitos ambientes, o casal reage à sua maneira e toma cada vez maior consciência de sua unidade. O casal fica entre dois riscos: retrair-se demais e se fechar em torno de si mes-

mo, não manter com os grupos exteriores nem mesmo o contato que a leitura permite, o que o condena ao desgaste, pois só consegue viver de substância social e por isso sempre aspira sair do círculo de seus membros e se expandir. O outro risco é expandir-se demais, se deixar absorver por um grupo exterior ao casal ou por alguma preocupação que lhe seja exterior demais. Às vezes, pelo menos no começo, a consequência disso é uma alternância de períodos em que o casal, buscando de alguma forma seu lugar na sociedade exterior, um tanto se deixa prender por ela e um tanto a mantém afastada — contrastes que se destacam bastante para que esta fase de sua vida se destaque das outras e permaneça gravada na memória. Mais tarde, o casal encontrou seu lugar, tem seus relacionamentos, seus interesses, sua esfera, suas preocupações essenciais assumiram uma forma mais decidida. Por ainda maior razão, quando um casal tem filhos, suas relações com o ambiente social que o envolve se multiplicam e se definem. Quando compreende mais membros, principalmente quando estes são de idades diferentes, o grupo entra em contato com a sociedade através de um número maior de suas partes. Ele se incorpora mais estreitamente ao ambiente que compreende outras famílias, se deixa interpretar por seu espírito, se sujeita a suas regras. Poderíamos pensar que uma família maior se basta mais a si mesma e constitui um ambiente mais fechado. Não é exatamente assim. É claro, os pais agora têm uma nova preocupação comum, singularmente forte. Para o grupo familiar, mais interna mais numerosas e mais complexas, mais impessoais também, porque à sua maneira realiza um tipo de organização doméstica que existe fora dela e tende a superá-la. A essa transformação do grupo, corresponde um profundo remanejamento de seus pensamentos. É como um novo ponto de partida. Para os filhos, é toda a vida da família, pelo menos aquela da qual guardam alguma lembrança. A memória dos pais vai ainda mais longe, talvez porque o grupo que eles formavam outrora não foi inteiramente absorvido na família ampliada. Ele continuou a existir, mas com uma vida descontínua

em que mergulhamos — a subsistência desses vestígios basta para explicar a permanência e a continuidade do tempo próprio para esta sociedade antiga e para que nos seja possível nela penetrar pelo pensamento a qualquer momento.

Ainda subsistindo, esses tempos todos são impenetráveis uns para os outros, mesmo quando correspondem aos estados e nas formas sucessivas de uma sociedade que evoluiu profundamente. Aliás, eles subsistem lado a lado. Realmente, os grupos cujos pensamentos são distintos se estenderam materialmente no espaço e os membros de que se compõem entram ao mesmo tempo ou sucessivamente em muitos deles. Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração. O que distingue os tempos coletivos não é que uns passem mais depressa do que os outros. Não se pode nem dizer que esses tempos passem, pois cada consciência coletiva pode se lembrar, e a subsistência do tempo parece muito bem ser uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si é um contexto imóvel. Os tempos são mais ou menos vastos, permitem que a memória retroceda mais ou menos longe no que se convencionou chamar de passado.

Agora nos posicionemos no ponto de vista dos indivíduos. Cada um é membro de diversos grupos, participa de diversos pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários pensamentos coletivos. Já é um elemento de diferenciação individual o fato de que, num mesmo período, em uma região do espaço, não é entre as mesmas correntes coletivas que se dividem as consciências dos diversos homens. Além do mais, seus pensamentos recuam mais ou menos longe, mais ou menos depressa no passado ou no tempo de cada grupo. É neste sentido que as consciências concentram num mesmo intervalo durações mais ou menos extensas, digamos que em um mesmo intervalo de duração social vivida elas mantêm uma extensão mais ou menos grande de tempo representado. Naturalmente, neste aspecto há grandes diferenças entre elas. Tudo o mais é a interpretação dos psicólogos, que acreditam existir tantas durações diferentes irreduzíveis umas às outras

e apagada. Disso nos damos conta quando os filhos se afastam. Sentimos então uma impressão de irrealdade, como quando dois amigos que se encontram depois de muito tempo podem muito bem evocar o passado comum, mas não têm muito mais a dizer. É como se estivéssemos na extremidade de um caminho que se perde, ou como dois parceiros que esqueceram as regras do jogo.

Quando uma sociedade é submetida a um remanejamento profundo, parece que a memória atinge por duas vias diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos, e não passa de um a outro de modo contínuo. Na realidade, há dois tempos em que se conservam dois contextos de pensamento, e temos de substituir tanto um como outro para encontrar as lembranças em cada um dos contextos em que estão localizados. Para encontrar uma cidade antiga no labirinto das ruas novas que pouco a pouco as circundaram e transformaram, as casas e monumentos que ora descobrimos e apagaram outros antigos, ora encontramos seu lugar no prolongamento e no intervalo das construções de outora, não voltamos do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série de obras, demolições, traçados de vias etc. Para que modificaram progressivamente a aparência desta cidade. Para reencontrar as vias e monumentos antigos, conservados ou desaparecidos, nós nos guiamos pelo plano geral da cidade antiga, nos transportamos para ela em pensamento, o que sempre é possível para os que nela viveram, antes que houvessem ampliado e reconstruído os velhos bairros, e pelos pedaços de muros que permaneceram de pé, essas fachadas de um outro século, esses trechos de rua guardam seu significado de outora. Na cidade moderna encontramos particularidades da cidade antiga, porque só temos olhos e pensamentos para esta. Assim, quando em uma sociedade que se transformou subsistem vestígios do que primitivamente foi, os que a conheceram em seu estado primeiro também podem fixar sua atenção nos vestígios antigos que lhe proporcionam o acesso a um outro tempo e um outro passado. São poucas as sociedades em que tenhamos vivido por algum tempo que não subsistam, que não tenham deixado pelo menos algum vestígio seu nos grupos mais recentes

desloca e se move no tempo. Sem a memória e fora de momentos em que nos lembramos, como teríamos a consciência de estar no tempo e nos transportarmos na duração? Quando nos absorvemos em nossas impressões, quando as seguimos à medida que aparecem e depois desaparecem, nos confundimos com um movimento da duração, depois com um outro — mas como imaginaríamos o tempo em si, ou seja, o contexto temporal que abrangeria ao mesmo tempo esse momento e muitos outros? Podemos *estar* no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e no entanto não sermos capazes de *pensar* no tempo, de nos transportar pelo pensamento ao passado próximo ou distante. Em outras palavras, da corrente das impressões, é preciso distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: a primeira está estreitamente ligada ao nosso corpo, não nos faz sair de nós — mas não nos abre nenhuma perspectiva sobre o passado, as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos grupos diversos aos quais nos ligamos.

Se pusermos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebemos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreendemos que possam retroceder no passado e retroceder mais ou menos segundo a extensão das perspectivas que lhe oferece cada um desses pontos de vista sobre o passado tal como representado nas consciências coletivas de que participa. A condição necessária para que seja assim, é que em cada uma dessas consciências, o tempo passa, certa imagem do tempo subsiste e se imobiliza, que o tempo dure pelo menos em certos limites, variáveis conforme os grupos. Este é o grande paradoxo. Mas, pensando bem, como poderia ser de outra maneira? Como uma sociedade, qualquer que seja ela, poderia existir, subsistir, tornar consciência de si mesma, se não abrangesse com um olhar um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de retroceder no fluxo do tempo e repassar ininterruptamente os vestígios que deixou de si mesma? Sociedades religiosas, políticas, econômicas, famílias, grupos de amigos, relacionamentos e até reuniões efêmeras num

quantas consciências individuais, porque cada uma delas é como uma onda de pensamento que passa com seu próprio movimento. Mas, para começar, o tempo não passa: ele dura, subsiste e é necessário, senão como poderia a memória retroceder no tempo? Além do mais, cada uma dessas correntes não se apresenta como uma série única e contínua de estados sucessivos se desdobrando mais ou menos depressa — senão, como poderíamos inferir de sua comparação a representação de um tempo comum a muitas consciências? Na realidade, se ao cotejarmos inúmeras consciências individuais podemos situar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou muitos tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em muitas correntes que têm sua fonte nos grupos em si. A consciência individual é apenas o lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

É curioso que esta concepção não tenha sido examinada até o presente pelos filósofos que estudaram o tempo. Isso acontece porque sempre imaginamos as consciências como isoladas umas das outras, cada uma encerrada em si mesma. A expressão *stream of thought* ou ainda *fluxo* ou *corrente* psicológica que encontramos nos textos de William James e de Henri Bergson, traduz com a ajuda de uma imagem exata o sentimento que qualquer pessoa pode experimentar quando assiste como espectador ao desenrolar de sua vida psíquica. Tudo parece realmente acontecer como se, dentro de cada um, os nossos estados de consciência se sucederiam como as partes de uma corrente contínua, como ondas que se empurram umas às outras. Entretanto, pensando bem, percebemos que é o que acontece com um pensamento que está sempre avançando, que esta sempre passando de uma percepção a outra, de um estado afetivo a outro, mas que o próprio da memória, ao contrário, é fazer com que nos detenhamos, nos desviemos momentaneamente desse *fluxo* e, talvez não a voltar na corrente, pelo menos a nos envolvermos numa direção atravessada, como se ao longo desta série contínua se apresentassem uma série de pontos que atraiam bifurcações. Sim, o pensamento ainda atua na memória: ela se desloca, está em movimento. Digno de nota é que então, e somente então, se pode dizer que ela se

salão, numa sala de espetáculos, na rua — todas imobilizam o tempo à sua maneira ou impõem a seus membros a ilusão de que pelo menos por algum tempo, num mundo que esta sempre mudando, certas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativo e nada de essencial nelas se transformou por um período mais ou menos longo.

Certamente, os limites até onde retrocedemos assim no passado são variáveis segundo os grupos, e é o que explica por que os pensamentos individuais conforme os momentos — ou seja, conforme o grau de sua participação nesse ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos remotas. Além dessa franja movediça do tempo ou, mais exatamente, dos tempos coletivos, não há mais nada, pois o tempo dos filósofos não passa de uma forma vazia. O tempo só é real na medida que tem um conteúdo, ou seja, na medida que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar suas lembranças.

Capítulo IV

Memória coletiva e o espaço

Augusto Comte observou que o equilíbrio mental resulta em boa parte e antes de mais nada, do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. Eles são uma espécie de companhia silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor, e nos dão uma sensação de ordem e tranquilidade. É exato que mais de uma perturbação psíquica vem acompanhada de uma espécie de ruptura de contato entre nosso pensamento e as coisas, a incapacidade de reconhecer os objetos familiares, embora nos encontremos perdidos num ambiente estranho e moveite, e nos falte qualquer ponto de apoio. Até fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento também obriga a que nos transportemos a um novo ambiente material, antes que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvessemos deixado para trás toda a nossa personalidade: tanto isso é verdade, que as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu.

Não é apenas uma questão do aborrecimento que temos em mudar nossos hábitos motores. Por que nos apegamos aos objetos? Por que desejamos que eles não mudem e continuem em nossa companhia? Descartemos quaisquer idéias de comodidade e estética. Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto.